

Senado aprova plebiscito sobre estado de Tapajós

Agora grupos antagônicos vão à Justiça definir modelo de votação que poderá ser adotado para criação de até 11 novos estados

Ruy Barata Neto
e Pedro Venceslau

redacao@brasileconomico.com.br

O Senado aprovou ontem a realização de plebiscito no Pará para saber se a população é a favor ou contra a criação do estado de Tapajós. Consulta similar já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados para a viabilizar a criação do estado do Carajás, no sudeste paraense. As duas consultas deverão ser feitas simultaneamente no fim do ano. A questão, agora, é como esses referendos serão feitos. Para definir as regras, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) precisará de um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em torno da interpretação da Constituição. O resultado de tal julgamento servirá para as demais 11 propostas de novas unidades federativas em tramitação no Congresso, caso aprovadas.

É que o processo de divisão do Pará será o primeiro a ser realizado com a participação direta da sociedade. Os exemplos mais recentes de separação aconteceram por meio de decretos do Executivo: primeiro com a criação do Mato Grosso do Sul, em 1977, na gestão do presidente militar Ernesto Geisel, e depois com o Tocantins, desmembrado de Goiás, em 1988. A lei máxima do país define que a divisão de um estado se dará depois de consulta a "população diretamente envolvida" — o que abre precedentes a

Processo de divisão do Pará será o primeiro a ser realizado com participação direta da sociedade

duas interpretações: uma de que apenas a população das áreas a serem separadas deve ser consultada; e outra na qual todos os eleitores do estado participam.

O economista Rogério Boueri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sugere ainda incluir o país inteiro no referendo, uma vez que, segundo seus cálculos, a viabilidade econômica dos dois estados se daria com aumento de impostos. "O estado de Tapajós nasceria com um déficit de R\$ 1,2 bilhão e o de Carajás, de R\$ 800 milhões, o que demandaria repasses regulares da União", diz.

Os dois plebiscitos aprovados consideram apenas a consulta à população dos municípios que integraram os novos estados, modelo rejeitado pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcanti. "Tem que ser ouvido o estado todo", diz.

Defender a votação em todo o Pará é quase como ser contra a divisão, uma vez que 70% dos eleitores estão no "Estado-mãe", onde a tendência é de vetar a separação (leia mais na página 8). Os grupos antagônicos já se mobilizam. O senador Fernando Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez proposta de emenda à Constituição para determinar a consulta em todo o estado. Comandado pelo deputado Giovanni Queiroz, líder da bancada do PDT na Câmara, o grupo do sim confia no julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade de 1998, encaminhada ao STF pela Assembleia Legislativa de Goiás, que defende os termos restritivos de consulta.

Por enquanto, os deputados separatistas do Pará enviaram emendas parlamentares que somam R\$ 7,8 milhões para a realização do plebiscito. O valor seria suficiente para ouvir os eleitores dos estados de Tapajós e Carajás, mas não para o estado inteiro. Considerando o custo de R\$ 3,60 por eleitor, gastos pelo TSE no segundo turno das eleições presidenciais, a conta total seria de pelo menos R\$ 17 milhões para um referendo em todo o Pará, cujo eleitorado soma 4,7 milhões. ■

Quantidade de deputados pode crescer 20%

Os defensores da criação de novos estados tomam muito cuidado retórico na hora de defender suas ideias. A palavra "separatismo" é proibida e o termo certo, segundo eles, é "emancipação". A observação é para frisar que a intenção não é separar estes estados do Brasil, mas conquistar mais autonomia política e econômica para as regiões. Independentemente do nome dado ao processo, o fato é que a criação novos estados mudaria drasticamente o peso político do Congresso Nacional brasileiro. Se as 13 novas

unidades territoriais forem aprovadas, haverá pelo menos mais 104 deputados na Câmara, um aumento "populacional" de aproximadamente 20% na casa. Já o Senado saltaria de 81 para 120 representantes. Como a maior parte dos projetos fica nas regiões Norte e Nordeste, as bancadas do Sudeste, que representam os maiores estados, perderiam considerável espaço político. Se a mudança ocorrer, seria necessário também promover uma mega reforma no espaço físico do Congresso Nacional. **P.V.**

O NOVO MAPA DO BRASIL

Propostas de emancipação podem acrescentar 13 novos estados e territórios ao país, elevando o número de divisões territoriais para 40

1889



1990



COFRES PÚBLICOS

Custo da mudança pode ser de R\$ 995 milhões

A criação de dois novos estados no Pará — Tapajós e Carajás — seria inviável do ponto de vista econômico, segundo estudo do economista Rogério Boueri, do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea). Ele leva em consideração os custos naturais necessários para a montagem de todo o aparato estatal, que deverá acrescentar R\$ 995 milhões ao ano aos cofres públicos. Segundo o economista, para bancar o montante seria necessário mais repasse de verbas da União aos estados, o que naturalmente elevaria a

carga tributária rateada pelos contribuintes de todo o país. "O peso da administração pública em Tapajós representaria 52% do seu Produto Interno Bruto (PIB) e, no caso de Carajás, 26%. Ambos percentuais são altos em relação à média nacional dos estados que é de 12,5%", diz Boueri. O levantamento aponta que Tapajós nasceria com um déficit público de R\$ 1,2 bilhão e Carajás, de R\$ 800 milhões. Os dados não consideram os investimentos em infraestrutura previstos para a região. **R.B.N.**

MUNICÍPIOS

78

municípios restarão no território do Pará se forem criados os novos estados de Tapajós, com 27 municípios, e Carajás, com previsão de reunir outros 39 municípios.

POPULAÇÃO

2,9 milhões

será o número de habitantes do Pará no caso da emancipação de Tapajós e Carajás, que ficarão com 1,7 milhão e 1,5 milhão de habitantes cada, respectivamente.

TERRITÓRIO FEDERAL DO JURUÁ

Capital proposta: Eirunepé

■ Um dos motivos apontados para a criação do estado é a dificuldade das comunicações locais com Manaus, que fica a mais de mil quilômetros de distância da cidade de Eirunepé

TERRITÓRIO FEDERAL DO SOLIMÕES

Capital proposta: Tabatinga

■ Os defensores da criação da unidade dizem que a região fica carente de atendimento do governo devido à precária rede de comunicação e transporte com a capital amazonense

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO NEGRO

Capital proposta: São Gabriel da Cachoeira

■ A ideia do projeto é facilitar a chegada de investimentos e aumentar a representatividade política. A criação da unidade esbarra na resistência de comunidades indígenas locais

TERRITÓRIO FEDERAL DO OIAPOQUE

Capital proposta: Oiapoque

■ Na fronteira com a Guiana, a região é carente de maior infraestrutura para a população e maior vigilância policial para combater a rota do narcotráfico que atravessa o local

TAPAJÓS

Capital proposta: Santarém

■ O movimento pela emancipação diz que, na prática, a distância até Belém já torna a região uma unidade autônoma. A futura hidrelétrica de Belo Monte ficaria dentro dos limites do novo estado

CARAJÁS

Capital proposta: Marabá

■ A região é marcada por conflitos agrários, e também destino de grandes investimentos de siderurgia e de projetos de mineração e geração de energia. Sua criação deve ser a primeira a ir a plebiscito

MARANHÃO DO SUL

Capital proposta: Imperatriz

■ O projeto de separação do sul do estado ganhou força com a disputa política local, que colocou de um lado a família Sarney - favorável à divisão - e de outro grupos ligados ao ex-governador Jackson Lago e à oposição

GURGUÉIA

Capital proposta: Alvorada do Gurguéia

■ Batizado com o nome do Rio que cruza a região, o novo estado ficaria com mais da metade do atual território do Piauí e aglomeraria a maior parte das terras férteis do estado

MATO GROSSO DO NORTE

Capital proposta: Sinop

■ O movimento pelo novo estado alega que a região foi "abandonada" pelo governo estadual e pretende seguir o exemplo do estado do Sul, que se separou do Mato Grosso em 1977

TERRITÓRIO FEDERAL DO PANTANAL

Capital proposta: Corumbá

■ Defendido pelo deputado Fernando Gabeira, o novo estado supostamente seria mais capacitado a defender o meio ambiente local e desenvolver economicamente a região

ARAGUAIA

Capital proposta: Barra do Garças

■ A região nordeste de Mato Grosso é, ao mesmo tempo, uma das com pior infraestrutura do país e um dos polos do agronegócio. O novo estado supostamente equilibraria esses fatores

ESTADO DO TRIÂNGULO

Capital proposta: Uberlândia

■ Com cerca de 2 milhões de habitantes, o novo estado reuniria mais de 10% da população e quase 20% do PIB de Minas Gerais, principalmente com base na agropecuária

ESTADO DO RIO SÃO FRANCISCO

Capital proposta: Barreiras

■ O movimento é capitaneado pelos novos agricultores que se instalaram na região nos últimos anos, que não sentem seus pleitos atendidos pelo governo instalado em Salvador

DIVISÕES PROPOSTAS PARA NOVOS ESTADOS